

OS DOCUMENTOS CURRICULARES PARA O ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ESTADO DA BAHIA: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Pedro Alves Castro

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
palvesdemolay@gmail.com

Edinaldo Medeiros Carmo

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
medeirosed@uesb.edu.br

Resumo: Esta investigação apresenta *insights* sobre os documentos curriculares para o ensino da Educação Física no Estado da Bahia, que auxiliarão em reflexões futuras durante a construção de uma dissertação de mestrado que tem como objetivo compreender as concepções curriculares que orientam os documentos oficiais e a prática pedagógica dos professores da disciplina Educação Física nos anos finais do Ensino Fundamental no estado da Bahia. Nesse sentido, este texto apresenta um breve ensaio teórico e metodológico, que nortearão a pesquisa sobre o tema proposto. As reflexões aqui apresentadas intencionam articular os estudos curriculares com os referenciais teóricos que versam sobre a constituição da Educação Física enquanto disciplina escolar, e sua relação com a prática pedagógica de professores da Educação Básica. Participarão desta investigação quatro professores em diferentes momentos da carreira profissional, graduados em Educação Física e atuantes nos anos finais do Ensino Fundamental. Os dados serão obtidos através de uma análise documental e de uma entrevista semiestruturada, que serão analisados a partir da Análise de Conteúdo.

Palavras-chave: Currículo. Prática pedagógica. Educação Física.

Introdução

O currículo sempre esteve no cerne das discussões educacionais, não apenas por sua funcionalidade burocrática, mas por apresentar nas entrelinhas de suas orientações o sujeito que se pretende formar, e também traz consigo uma idealização de sociedade, na qual esse sujeito está inserido. Sendo assim, no âmbito escolar, tal qual as demais disciplinas curriculares, a Educação Física (doravante EF) também se configura como um espaço de conflitos.

Nesse sentido, esta investigação traz em seu corpo algumas reflexões a partir de uma primeira aproximação dos pesquisadores com os documentos curriculares, observando as suas definições gerais e as orientações específicas para a Educação Física; além disso, esta averiguação inicial buscará compreender durante o seu desenvolvimento: (a) as concepções de Educação Física que orientam os documentos curriculares e as práticas pedagógicas dos professores, assim como, (b) as “competências e habilidades” e as “possibilidades metodológicas” definidas nos documentos curriculares e também (c) os sentidos atribuídos pelos professores em relação às orientações dos documentos curriculares e as práticas pedagógicas.

Nesse momento realizaremos um aprofundamento no processo de elaboração das orientações curriculares destinadas ao Ensino Fundamental, no estado da Bahia, e a sua relação com a prática pedagógica, especialmente, na disciplina escolar de Educação Física. Para isso, no âmbito epistemológico, desenvolveremos teoricamente as discussões sobre o currículo, articulando-o com a dinâmica de constituição da disciplina escolar Educação Física, e buscando dialogar com os sentidos atribuídos pelos professores da Educação Básica, sobre as orientações curriculares estaduais e suas próprias práticas pedagógicas.

Desta maneira, na primeira seção desse texto encontram-se algumas reflexões sobre o currículo escolar e as percepções sobre sistema educacional expressas no documento curricular construído no estado da Bahia, destinado ao Ensino Fundamental, intitulado “Orientações Curriculares e Subsídios Didáticos para a Organização do Trabalho Pedagógico no Ensino Fundamental de Nove Anos”. Na segunda seção, apresentamos breve análise sobre as orientações curriculares destinadas a disciplina escolar de EF, e o contexto de sua efetivação. Na terceira parte, apresentamos o percurso metodológico pretendido para a construção do processo de investigação que subsidiará a produção de uma dissertação de mestrado, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), pesquisa ancorada na Linha 4 “Educação, Epistemologia, Ensino e Aprendizagem”.

Por fim, apontaremos algumas reflexões para a disciplina escolar Educação Física e também algumas peculiaridades que devem ser consideradas ao propor um processo de construção curricular com o intuito de possibilitar algumas reflexões consideráveis para esta área do conhecimento.

A construção curricular na Bahia

Na Bahia, estado localizado no Nordeste brasileiro, percebemos a disparidade social, econômica e cultural entre a população. Nesse, notamos as dificuldades para a democratização e garantia de acesso à educação de qualidade, assim como outros direitos sociais essenciais para o bem-estar da população. Considerando este cenário, o Governo do Estado, a partir do âmbito da Secretaria Estadual da Educação, respaldada pela legislação federal, buscou a consolidação do seu próprio documento curricular para o Ensino Fundamental, com o intuito de estabelecer diretrizes para o desenvolvimento das práticas pedagógicas dos professores em sala de aula do estado.

Segundo este documento, as políticas educacionais estaduais se pautam em dez compromissos definidos pela Secretaria de Educação do Estado, presentes no programa Todos pela Escola, mas os esforços serão concentrados nos seguintes objetivos:

Contribuir na consolidação da alfabetização das crianças até 08 anos de idade; assegurar a alfabetização e a escolaridade para aqueles que não tiveram a oportunidade de efetuar os estudos em idade regular; inovar e diversificar os currículos escolares, promovendo o acesso dos estudantes ao conhecimento, às artes e à cultura (BAHIA, 2013, p. 11).

Para Chizzotti e Ponce (2012), o currículo em sua origem, na prática escolar, configurou-se como um mecanismo que necessitava de vigilância, controle e domínio de uns sobre outros. Desta forma, durante o seu processo de construção, o currículo sempre foi um espaço de controle e poder pelo qual se estabelecia e estabelecem várias relações a partir dos conhecimentos selecionados - conhecimentos estes que poderiam ou não contemplar determinadas temáticas. Desta maneira, consolidando ou não alguns saberes, oriundos de certo grupo social.

Ao dialogar com estes autores, percebemos que a construção curricular na Bahia também perpassa por esta dinâmica, na qual um determinado grupo que se diz “representante” ou “especialista” seleciona os conhecimentos. Neste processo, alguns conteúdos serão incluídos, ao passo que muitos outros não serão contemplados, desta maneira, dificilmente será entendido o porquê de determinadas escolhas curriculares, posto que muitas dessas escolhas possuem relação

direta com a formação pessoal de cada agente diretamente envolvido no processo. Contudo, em suas entrelinhas, são perceptíveis quais as compreensões de escola, sociedade, país, sujeito, que se pretende formar a partir dos conteúdos selecionados. Para Apple (2006, p.103):

As escolas não apenas controlam as pessoas; elas também ajudam a controlar o significado. Pelo fato de preservarem e distribuírem o que se percebe como “conhecimento legítimo” – o conhecimento que “todos devemos ter” –, as escolas conferem legitimidade cultural ao conhecimento de determinados grupos.

Em outro momento, ao analisarmos a proposta curricular para o estado da Bahia, notamos uma compreensão distorcida de sistema escolar, ou do seu uso indiscriminado. No documento notamos a seguinte passagem: “[...] os municípios que ainda não constituíram seus sistemas de ensino” (BAHIA, 2013, p. 11), onde percebemos o uso ambíguo do termo “sistema”, evidenciando uma compreensão superficial do mesmo, a qual, não consegue estabelecer uma relação com a rede estadual de educação, ou seja, com um processo mais amplo de organização da escolarização, deixando a entender que cada município deverá organizar o seu próprio sistema.

De acordo com Saviani (2014) faz-se necessário à constituição de um sistema nacional de educação que, através de uma unidade sistematizada, possa oferecer o ambiente propício para a construção educacional do país, garantindo e valorizando a participação dos diferentes atores sociais do processo educacional. Diferentemente de Saviani, o documento curricular da Bahia, sugere a constituição de sistemas em cada município, excluindo a possibilidade de construção de uma unidade sistematizada para a rede de ensino estadual.

Neste documento, percebemos que o estado, a exemplo do Brasil como um todo, também hibridiza a sua proposição curricular a partir das duas tradições, que segundo Chizzotti e Ponde (2012) seriam: a primeira de ideário republicano, no qual busca uma compreensão de forma mais perfeita da vida, através de uma responsabilidade indeclinável de promover a educação para todos os membros da sociedade, com o objetivo de constituir uma comunidade de cidadãos livres, iguais e autônomos, sendo o principal objetivo a garantia do acesso à cultura comum, desde que o Estado seja o regulador de toda a lógica de garantias para o devido acesso de todos e todas. Na segunda, por outro lado, a tradição curricular de extração liberal, competem aos particulares, associações ou

indivíduos, sistematizar e prover a educação, cabendo ao Estado o estabelecimento de padrões curriculares de qualidade (*Standards*), assim como os critérios de avaliação, para fundamentar e disponibilizar as devidas condições de escolha para os pais, no caso de crianças e adolescentes.

Se por um lado o Estado garante o acesso à cultura comum e promove a educação para todos os membros da sociedade, por outro, ele procura garantir os padrões curriculares de qualidade, assim como seus critérios de avaliação, no intuito de ranquear as escolas, para as escolhas dos pais, gerando assim um quase mercado da educação. Desta maneira, apontamos como perspectiva uma ampliação do entendimento dos pressupostos que norteiam e definem as orientações curriculares no Estado da Bahia, a partir da criação de espaços que possam garantir a participação popular no contexto educacional, através de discussões e debates para os devidos encaminhamentos e efetivações na escola, onde a comunidade envolvida no processo educacional possa ser ouvida, e de maneira participativa e ativa, e que não fique refém da lógica liberal na escola.

Para Goodson (2008), os tencionamentos em volta da construção e das definições curriculares, ou seja, do currículo escrito, proporcionam uma prova visível e autêntica da luta que envolve os desejos e objetivos da escolarização, e do papel do estado como regulador e definidor das políticas públicas curriculares, estabelecendo, assim, o controle social desejável. Contudo, dentro do processo de elaboração dessas políticas públicas, o espaço de participação da população precisa ser garantido e efetivado a partir de suas falas e contribuições, considerando os mesmos como agentes diretos que consolidarão as ações governamentais.

O currículo e a educação física

Além destas primeiras aproximações do documento curricular em suas definições gerais, faremos algumas considerações sobre as orientações destinadas à Educação Física. Num primeiro momento, ao nos debruçarmos sobre o conteúdo apresentado pelo documento curricular, observamos a ênfase dada na necessidade de consolidação da alfabetização, e também na garantia do acesso à aprendizagem, independentemente da idade e da classe social. No entanto não há

nenhum apontamento para as manifestações da cultura corporal, e para a Educação Física como disciplina escolar participante desse processo de alfabetização.

Segundo Oliveira (1986), a Educação Física em sua construção histórica enquanto disciplina escolar, ainda carrega o estereótipo de prática exclusivamente corporal, o que desconsidera a capacidade da disciplina de promover inúmeros outros ganhos em atividades críticas e reflexivas, sobre o próprio movimento corporal e para além dele, ultrapassando a sua visão biológica.

Esta visão apenas biológica do corpo, associada ao desenvolvimento físico, cria uma percepção tecnicista do mesmo, algo apenas estrutural e que deverá obedecer aos estímulos físicos. Desta forma, durante as aulas de Educação Física, ao notarmos o domínio das práticas esportivas, das suas técnicas, mesmo não tão evidente, percebemos a intencionalidade de controlar os estudantes, do seu adestramento, das regras que deverão ser seguidas, através das manifestações da cultura corporal.

Para Apple (2006), o controle está permeado por princípios constitutivos dos códigos e, essencialmente, das diversas práticas do senso comum, que atuam de maneira sutil no cotidiano dos indivíduos, além de permear a divisão econômica e a manipulação explícita. A partir desta contribuição do autor, entendemos o quão é carregado de intencionalidades o processo de construção curricular pode ser e como o isto é refletido em nossas práticas cotidianas de maneira sutil, repleta de sentidos e significados, que contemplam determinados grupos, enquanto outros ficam as margens do processo, mesmo que aparentemente este processo seja denominado “democrático” e “participativo”.

Nas aulas de Educação Física essa marginalização fica ainda mais evidente, pois alicerça a sua prática pedagógica na monocultura esportiva que, teoricamente, se pauta na participação de todos, mas na prática, essa participação é limitada aos que possuem certa habilidade e familiaridade com as práticas esportivas. Sendo assim, a maioria dos estudantes fica as margens do processo educacional em Educação Física, fora que há a não tematização de outras manifestações da cultura corporal que, com o devido planejamento pedagógico, poderia alcançar uma maior participação durante as aulas.

Conforme Goodson (2004), diversas áreas, assim como a Educação Física, têm procurado uma melhoria em seu status, defendendo uma intensificação, através de exames e de habilitações no estilo acadêmico. Desta maneira, notamos uma supervalorização das práticas esportivas, em detrimento das demais manifestações da cultura corporal, associando os esportes à melhoria da saúde, à indicadores de órgãos de saúde, realizando testes nos alunos, apresentando até mesmo artigos científicos voltados à saúde, descartando o olhar crítico e até mesmo sobre as políticas públicas de saúde, ultrapassando a dimensão biológica do corpo.

Outro ponto de destaque é a apropriação equivocada do espaço curricular, que fica refém de eventualidades. Este fenômeno é refletido e perceptível também nas aulas de Educação Física que, através de uma concepção curricular pautada em competências e habilidades, traz consigo uma percepção superficial de aprendizagem e dos sujeitos que se pretende formar a partir de sua sistematização.

Segundo Lopes (2008), um currículo pautado em competências e habilidades, traz consigo uma falsa ideia, na qual a qualidade do desenvolvimento escolar, e da própria educação, está intimamente ligada à definição precisa dos objetivos de ensino, que por sua vez apresenta o perfil profissional pretendido, que se alinha a lógica de produção dominante. Trazendo essa reflexão para a Educação Física, notamos que em suas definições o sujeito é pretendido a partir da formação indicada, que se caracteriza pela não criticidade, tornando-o apenas “consumidor” das manifestações da cultura corporal.

Nesta construção curricular percebemos a demarcação de espaços, mesmo em um ambiente que deveria se caracterizar como espaço de construção e participação coletiva, onde as diversas vozes pudessem ser contempladas e ouvidas. No enunciado do documento curricular, a missão é objetiva para os que irão utilizar do mesmo, ou seja, os professores: “[...] apropriar-se deste documento para repensar seus currículos a caminho de uma efetiva aprendizagem dos meninos e meninas do ensino fundamental [...]” (BAHIA, 2013, p. 11). Apenas o exercício desta orientação bastaria para alcançar as melhorias educacionais almejadas, ou este deveria ser consultado para além dessa apropriação indicada.

Para Goodson (2008), no processo de construção curricular, tanto o conhecimento como o próprio currículo devem ser apresentados como provisórios, e sempre passíveis de reconstrução.

Além disso, durante o desenvolvimento da prática pedagógica, a dinâmica entre professor, aluno e tarefa, deve ser de compartilhamento, no intuito de sempre ressignificar e reconstruir o conhecimento, e não da sua mera apropriação.

Consoante com Neira (2011), é mediante a tematização das manifestações da cultura corporal durante as aulas de Educação Física, com a participação ativa do professor e dos estudantes, que poderá acontecer uma verdadeira apropriação dessas manifestações, através de uma ressignificação proposta pelo professor e efetivada com a participação dos estudantes. Só então, será possível operar o currículo a partir de uma dinâmica participativa, que estará em construção pelos agentes sociais do processo educacional.

O caminho da pesquisa

Considerando as características do objeto de pesquisa e os objetivos definidos, esta pesquisa desenvolverá a partir de uma abordagem qualitativa. Segundo Minayo (2014) as pesquisas qualitativas são compreendidas como aquelas que possibilitam aliar as questões dos significados e das intencionalidades como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, considerando estes processos como construções humanas significativas.

Sobre a construção histórica das reflexões qualitativas para o processo de construção científica, notamos a relações íntima entre o conhecimento e o interesse, desta maneira reforçamos a perspectiva pretendida por esta investigação, em analisar a relações estabelecidas entre o estabelecimento de orientações curriculares e a sua efetivação através da prática pedagógica dos professores da disciplina escolar de Educação Física. Para Minayo (2014, p. 23):

Sobre a história, o sentido e a pertinência do processo social denominado “investigação qualitativa”, devo lembrar que as diferentes teorias que o sustentam abrangem aspectos particulares e relegam outros, revelando o inevitável imbricamento entre conhecimento e interesse, entre condições históricas e avanço das ciências, entre identidade do pesquisador e seu objeto e entre a necessidade indiscutível da crítica interna e externa na objetivação do saber.

O primeiro momento será destinado à aproximação do documento curricular, no qual são estabelecidas as orientações pedagógicas para o desenvolvimento da prática pedagógica dos professores. Logo, como parte de um processo maior, utilizará a análise documental, com o propósito de verificar e analisar os significados e intencionalidades definidos no mesmo. Para Minayo (2014), ao iniciar uma investigação, é necessário definir quais os documentos serão analisados, considerando que os textos não falam por si, ao apreciar apenas a sua dimensão linguística, mas que por traz dos símbolos linguísticos, há intenções, disputas, relações de poder são estabelecidas, e que necessitam de uma problematização e análises.

Desta maneira, pretendemos analisar com o devido rigor o documento intitulado “Orientações Curriculares e Subsídios Didáticos para a Organização do Trabalho Pedagógico no Ensino Fundamental de Nove Anos”, construído pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia, através da Superintendência de Desenvolvimento da Educação Básica, no âmbito da Diretoria de Educação Básica.

Partindo para a análise do processo de construção deste documento curricular, pretendemos avaliar os sentidos expressos e as suas intencionalidades, a partir do entendimento de currículo, das relações formativas nele imbricadas, as percepções sobre as “competências e habilidades” e as “orientações didáticas” estabelecidas no mesmo. Contudo, este momento terá um enfoque especial sobre a seção destinada à disciplina escolar de Educação Física.

Para as especificidades da disciplina escolar de Educação Física e as suas definições no documento curricular, avaliaremos como a mesma é definida e significada, sendo assim, será possível desenvolver reflexões sobre a sua constituição enquanto disciplina escolar, para então desenvolvermos reflexões sobre as fontes documentais. Para Minayo (2014), é necessário superar esta focalização dos fatos, como se fosse possível cercá-los, analisá-los em si mesmo. Deve-se, contudo, conhecer a base material existente por trás dos universos simbólicos, e que formam a base para o processo de consolidação dos fatos, neste caso em especial, a construção curricular da EF e a sua efetivação na prática pedagógica.

Desse modo, o segundo momento será destinado ao circundamento do sujeito responsável pela efetivação e ressignificação das orientações curriculares no espaço escolar – o professor. Para isso, convidaremos quatro professores da disciplina de Educação Física, em diversos momentos da

carreira docente, escolhidos a partir da aderência voluntária à pesquisa, para uma entrevista semiestruturada. Todos os participantes deverão assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual constarão todos os procedimentos da pesquisa e suas implicações, além disso, o projeto de pesquisa será previamente enviado para a apreciação no Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, através da Plataforma Brasil.

Além disso, os professores deverão apresentar mais algumas características, pois entendemos que com critérios estabelecidos, as possíveis análises e reflexões estarão mais intimamente ligadas à realidade. Os critérios serão: atuar nos anos finais do Ensino Fundamental (do 6º ano ao 9º ano), ser professor efetivo na rede estadual de educação da Bahia (sem tempo de atuação mínimo) e possuir graduação específica em Educação Física. As escolas escolhidas irão contemplar o espaço geográfico da cidade de Vitória da Conquista/Bahia, sendo duas na região central da cidade e as outras duas em regiões periféricas.

Para Minayo (2014) a entrevista semiestruturada deve pautar-se em um roteiro previamente construído, e deve contemplar os vários indicadores considerados essenciais e satisfatórios para preencher a abrangência das informações esperadas. Desta maneira, a entrevista semiestruturada buscará compreender os sentidos atribuídos pelos professores sobre a Educação Física, seu currículo, práticas pedagógicas e não menos importante, sobre as orientações curriculares estaduais.

Estes dois procedimentos (análise dos documentos curriculares e a interpretação das entrevistas) serão analisados a partir dos pressupostos da Análise de Conteúdo, ao considerarmos os objetivos pretendidos e a natureza da investigação que pretendemos realizar. Para Minayo (2014, p. 308), do ponto de vista da sistematização, a

análise de conteúdo parte de uma leitura de primeiro plano das falas, depoimentos e documentos, para atingir um nível mais profundo, ultrapassando os sentidos manifestos do material. Para isso, geralmente, todos os procedimentos levam a relacionar estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados e a articular a superfície dos enunciados dos textos com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural e processo de produção da mensagem. Esse conjunto de movimentos analíticos visa a dar consistência interna às operações.

Desta maneira, ao fundamentar as possíveis interpretações a partir da Análise de Conteúdo, pretendemos construir reflexões sobre a dinâmica curricular no estado da Bahia, a constituição da Educação Física enquanto disciplina escolar, além de contribuir com as discussões curriculares para esta área do conhecimento.

Considerações provisórias

Ao iniciar a análise proposta por este artigo, mediante uma aproximação primária do documento curricular que orienta o Ensino Fundamental de nove anos no estado da Bahia, principalmente, as orientações para a disciplina de Educação Física, percebemos algumas fragilidades conceituais e teóricas que perpassam o corpo do documento, além das etapas inerentes ao próprio processo de construção curricular.

Aprendemos uma superficialidade na compreensão de termos indispensáveis para a construção curricular, como: escola, currículo, sociedade, sujeito, identidade e nação. Também, observamos uma deficiência no currículo, que se pauta em competências e habilidades, que evidência uma preocupação na definição de objetivos, imaginando que com estas especificações os problemas de aprendizagem serão resolvidos.

Por outro lado, não ficam evidentes as reais intencionalidades deste documento para o contexto educacional baiano, a ser considerado em suas peculiaridades, pois, para além da política de construção curricular, o contexto social deve ser analisado e problematizado, levando em conta os seus aspectos econômicos, culturais e étnicos, a fim de que a construção de uma sociedade se baseie na igualdade de oportunidades e na participação coletiva na vida pública.

Para a garantia da efetivação dos pressupostos curriculares que guiam os documentos oficiais, faz-se necessário considerar não apenas as definições curriculares, mas também as condições materiais e estruturais concernentes a uma efetiva prática pedagógica no espaço escolar. O Estado deve garantir os subsídios necessários para que a escola funcione e realize a sua tarefa, assim como as condições materiais e financeiras para que o trabalho docente seja dignamente realizado.

Destarte, é através da criação de um ambiente mínimo para o desenvolvimento das práticas pedagógicas, da possibilidade de uma remuneração condizente com o trabalho intelectual de cada professor e da oferta de formação continuada para o aperfeiçoamento deste profissional, que alcançaremos uma melhoria possível para a educação.

Por fim, acreditamos ser necessário um aprofundamento teórico para a compreensão da Educação Física enquanto disciplina escolar, e da sua própria construção curricular, assim como a necessidade da criação de espaços coletivos para pensar, analisar e sistematizar a mesma. Aprofundar as discussões curriculares faz-se necessário, considerando o paradigma da necessidade ou não de orientações curriculares que sustentem a prática pedagógica dos professores, objetivando uma melhor efetivação e justificação da Educação Física no espaço escolar.

Além da criação de um ambiente minimamente favorável ao trabalho do docente de EF, acreditamos que será a partir da valorização, do incentivo e do compartilhamento das diversas práticas pedagógicas, alicerçadas na produção científica dos próprios professores, com os seus relatos de experiência, que haverá a estruturação de uma Educação Física de qualidade e reflexiva, independentemente das opções teóricas de cada professor.

Nesse sentido, pretendemos, com o desenvolvimento da pesquisa apontada no início deste artigo, apresentar reflexões relevantes para a Educação Física em sua construção curricular e sua consolidação no espaço escolar, por meio de pressupostos que alicercem uma prática pedagógica onde o aluno possa ser ativo e participativo, de maneira inclusiva e democrática.

Referências bibliográficas

APPLE, Michael Whitman. **Ideologia e Currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BAHIA, Secretaria da Educação. **Orientações curriculares e subsídios didáticos para a organização do trabalho pedagógico no ensino fundamental de nove anos**- Superintendência de Desenvolvimento da Educação Básica. Diretoria de Educação Básica. Salvador: Secretaria da Educação, 2013.

CHIZZOTTI, Antonio; PONCE, Branca Jurema. O currículo e os sistemas de ensino no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**. São Paulo, V. 12, n.3, p. 25-36, Set/Dez, 2012.

GOODSON, Ivo F. **Currículo: teoria e história**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LOPES, Alice Casemiro. **Políticas de integração curricular**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed.- São Paulo: Hucitec, 2014.

NEIRA, Marcos Garcia. **Educação Física**. - São Paulo: Blucher, 2011. (Coleção A reflexão e a prática no ensino; v. 8)

OLIVEIRA, Vitor Marinho de. **O que é Educação Física**. São Paulo: Brasiliense. 1983.

SAVIANI, Demerval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 2014.